



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 03 de fevereiro de 2026.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 11/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ID: 107.AC3 - 0000162.11.09-2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**, por meio da **Seção de Licitações**, realizará **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por **dispensa de licitação**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, conforme as condições estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A presente contratação direta tem por objeto a **Contratação de empresa especializada**, com classificação pelo menor valor, para **prestação de serviços técnicos de sondagem geotécnica do tipo SPT**, conforme ABNT NBR 6484:2020, e **à realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo**, compreendendo granulometria por peneiramento (NBR 7181:2016), umidade higroscópica (NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (NBR 7180:2016), ensaio de compactação (NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME), no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Art. 75 da Lei Nº 14.133. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, Art. 75, caput, inciso II - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação se justifica porque o Município não possui estrutura, equipamentos nem profissionais especializados para realizar sondagens SPT e ensaios de solo. Esses serviços exigem conhecimento técnico específico e experiência, sendo indispensável a contratação de empresa especializada. A obtenção de dados técnicos confiáveis é essencial para projetos de engenharia seguros e precisos, evitando erros, retrabalhos e falhas estruturais. Além disso, a contratação garante conformidade com normas técnicas e legais, reduz riscos administrativos, técnicos e financeiros e assegura qualidade, segurança e economicidade nas obras públicas.

4. VALOR ESTIMADO E EMPRESA PROPONENTE

O valor total estimado da contratação direta é de **R \$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais)**, conforme Termo de Referência e cotação apresentada, assim discriminado:





Fornecedor:

FALCAO SONDAGENS E ENSAIOS GEOTECNICOS LTDA - FALCAO SOLUCOES GEOTECNICAS

CNPJ nº 31.977.305/0001-81

Endereço: A LINHA 09 LOTE 86 B GLEBA 08, AREA RURAL DE CACOAL – Cacoal – RO

5. ENTREGA E EXECUÇÃO

A execução dos serviços ocorrerá conforme o **cronograma, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência**, que integra o presente Aviso.

6. HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, serão exigidos do fornecedor os **documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica**, previstos nos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021**, conforme disposto no Termo de Referência.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a **ratificação da contratação direta pela autoridade competente**, será formalizado **Termo de Contrato** ou emitido **instrumento equivalente**, conforme o caso.

7.2. O fornecedor contratado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.3. A Administração poderá encaminhar o contrato ou instrumento equivalente por meio eletrônico ou sistema de processo eletrônico, para assinatura e devolução dentro do prazo estipulado.

7.4. O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

- a) tal instrumento substitui o contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- b) o contratado se vincula à sua proposta e às disposições deste Aviso e de seus anexos;
- c) aplicam-se as hipóteses de rescisão previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência.

7.6. A comprovação das condições de habilitação deverá ser mantida durante toda a vigência da contratação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. É de responsabilidade do fornecedor acompanhar as comunicações e atos praticados pela Administração no âmbito desta contratação direta.

8.2. Em caso de divergência entre este Aviso e seus anexos, prevalecerão as disposições deste Aviso.

8.3. Integram o presente Aviso de Contratação Direta, para todos os fins, os seguintes anexos:

- **Anexo I – Termo de Referência;**
- **Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

• **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.**

Alto Alegre dos Parecis – RO, 03 de fevereiro de 2026.

Denair Pedro Da Silva
Prefeito Municipal





Termo de Referência

Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

1. DO OBJETO

A Prefeitura do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, pessoa jurídica de direito público, localizada à Avenida Afonso Pena, nº 3370, CEP nº 76.952-000, inscrita no CNPJ nº 84.744.994/0001-40, neste ato representada pela Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, elabora o Termo de Referência, para que através de procedimento licitatório adequado, conforme a Lei nº 14.133/2021, seja efetuada a contratação de empresa especializada, com classificação pelo menor valor, para prestação de serviços técnicos de sondagem geotécnica do tipo SPT, conforme ABNT NBR 6484:2020, e à realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, compreendendo granulometria por peneiramento (NBR 7181:2016), umidade higroscópica (NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (NBR 7180:2016), ensaio de compactação (NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME), no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

1.2 A presente contratação possui natureza de contrato por escopo, vinculada à execução integral e conclusão do objeto descrito neste Termo de Referência, com vigência limitada ao prazo necessário para a entrega final dos produtos e a conclusão do processo de renovação das licenças ambientais, não se caracterizando como contratação continuada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade da Administração Municipal de obter dados técnicos confiáveis e precisos sobre as características do solo nas áreas de interesse para implantação e/ou adequação de obras públicas no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

O Município não dispõe de estrutura técnica própria, equipamentos específicos nem profissionais especializados para a execução de sondagens geotécnicas e ensaios laboratoriais de solo, atividades que exigem conhecimento técnico especializado, observância rigorosa às normas técnicas vigentes e utilização de metodologia adequada.

A realização desses serviços é indispensável para subsidiar o correto dimensionamento, planejamento e tomada de decisões técnicas em projetos de engenharia, garantindo a segurança estrutural das obras, a viabilidade técnica das intervenções e a correta aplicação dos recursos públicos.

A ausência de estudos geotécnicos adequados pode acarretar falhas construtivas, retrabalhos, aditivos contratuais indevidos, riscos à segurança das estruturas e aumento de custos, além de gerar responsabilização administrativa, técnica e financeira à Administração. Assim, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária, oportuna e alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.1 Definição do Objeto

O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de sondagem geotécnica do tipo SPT, conforme ABNT NBR 6484:2020, e à realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, compreendendo granulometria por peneiramento (NBR 7181:2016), umidade higroscópica (NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (NBR 7180:2016), ensaio de compactação (NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME).



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



A contratação incluirá a realização de atividades de campo, coleta de amostras de solo, execução de sondagens do tipo SPT e a realização de ensaios laboratoriais, bem como o acompanhamento técnico necessário à correta execução dos serviços.

Os serviços englobarão a elaboração de relatórios, laudos e demais documentos técnicos pertinentes, atendendo às demandas da Administração Municipal com os seguintes objetivos:

- Obter dados geotécnicos confiáveis e representativos das condições do solo nas áreas de interesse para obras e intervenções públicas;
- Subsidiar o planejamento, dimensionamento e a tomada de decisões técnicas em projetos e obras de engenharia;
- Garantir a segurança, estabilidade e viabilidade técnica das estruturas a serem implantadas;
- Assegurar o atendimento às normas técnicas vigentes aplicáveis aos serviços de sondagem e ensaios de solo;
- Reduzir riscos técnicos, administrativos e financeiros decorrentes da ausência ou insuficiência de estudos geotécnicos;
- Contribuir para a correta aplicação dos recursos públicos, evitando retrabalhos, falhas construtivas e custos adicionais;
- Fornecer suporte técnico para a elaboração, análise e validação de projetos de engenharia e demais estudos correlatos.

2.2 Atividades a serem desempenhadas:

- Execução de sondagens SPT;
- Coleta, acondicionamento e transporte de amostras de solo;
- Realização de ensaios laboratoriais (Granulometria por peneiramento – NBR 7181:2016, Umidade Higroscópica – NBR 6457:2016, Limite de Liquidez (LL) – NBR 6459:2016, Limite de Plasticidade (LP) – NBR 7180:2016, Compactação – NBR 7182:2016 e ISC/CBR – DNIT 172/2016-ME);
- Elaboração de relatórios técnicos completos e análises interpretativas;
- Entrega de relatórios em meio físico e digital;

2.3 Da justificativa:

A presente contratação se justifica pela inexistência, no quadro técnico e operacional do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, de estrutura adequada e profissionais especializados para a execução de sondagens do tipo SPT e de ensaios laboratoriais em amostras de solo, atividades que demandam conhecimento técnico específico, equipamentos próprios e experiência comprovada. A ausência de recursos humanos e materiais capacitados inviabiliza a realização desses serviços de forma interna, tornando imprescindível a contratação de empresa especializada para garantir a execução adequada e segura das atividades.

Além disso, a obtenção de dados técnicos confiáveis é fundamental para a elaboração de projetos de engenharia sólidos e precisos, especialmente no que se refere ao dimensionamento de fundações, análise de estabilidade do terreno e avaliação da capacidade de suporte do solo. Sem essas informações, o planejamento e a execução das obras públicas estariam sujeitos a erros de projeto, retrabalhos e falhas estruturais, comprometendo a segurança das edificações e dos futuros usuários.

A contratação de empresa especializada assegura ainda que os serviços sejam realizados em conformidade com as normas técnicas vigentes, garantindo que todos os estudos estejam em plena conformidade legal e técnica. Essa observância normativa é essencial não apenas para a aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, mas também para assegurar a segurança, a durabilidade e a eficiência das obras públicas.



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



Sob a perspectiva da Administração Pública, a medida contribui para a redução de riscos administrativos, técnicos e financeiros, evitando desperdício de recursos públicos, atrasos nos cronogramas e problemas legais decorrentes de projetos mal executados. A contratação especializada representa, portanto, a alternativa mais eficiente e segura para atender às demandas do Município, garantindo que os projetos de infraestrutura e habitacionais sejam desenvolvidos com qualidade, segurança, economicidade e pleno respeito às normas técnicas e legais aplicáveis.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 A presente contratação de empresa especializada fundamenta-se na necessidade estratégica da Administração Municipal, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade previstos no art. 37, caput da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

3.2 Atendimento às Demandas da Administração Pública são com base legal a Lei de Licitações Vigente (Art. 11 da Lei nº 14.133/2021), sendo a contratação destes serviços, constitui instrumento necessário para garantir a continuidade e a eficiência das atividades desempenhadas pela Prefeitura através de suas secretarias municipais, atendendo ao dever da Administração Pública de prestar serviços de qualidade e de interesse público e social.

3.3 A contratação será realizada por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de contratação de serviços, cujo valor estimado não ultrapassa o limite legal estabelecido para essa modalidade, observados os princípios da legalidade, da economicidade, da eficiência, da transparência e da motivação administrativa.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

Item	Especificação	Und.	Quant.
01	Sondagem SPT – conforme ABNT NBR 6484:2020	furos	02
02	Ensaio de Laboratório: <ul style="list-style-type: none">• Granulometria por peneiramento – NBR 7181:2016• Umidade Higroscópica – NBR 6457:2016• Limite de Liquidez (LL) – NBR 6459:2016• Limite de Plasticidade (LP) – NBR 7180:2016• Compactação – NBR 7182:2016• ISC/CBR – DNIT 172/2016-ME	Pontos	15
Valor global previsto →			22.600,00

5.0. OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S)

5.1 Executar o objeto deste Termo de Referência conforme os termos propostos, assumindo integral responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, atendendo a todas as exigências legais, contratuais e regulamentares. O não cumprimento, parcial ou total, das condições estabelecidas poderá resultar em sanções previstas na legislação aplicável, incluindo penalidades e rescisão contratual.



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre do Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



5.2 O contratado deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma de execução do serviço, não podendo ultrapassar as datas previamente acordadas para a entrega de documentos e realização de atividades de campo.

5.3 O contratado será responsável pela qualidade técnica dos estudos, documentos e relatórios entregues, devendo garantir que todos os profissionais que compõem a equipe técnica sejam devidamente registrados nos Conselhos de Classe competentes e possuam experiência comprovada nas áreas de atuação.

5.4 Caso qualquer serviço executado apresente falhas ou não atenda às especificações previstas, o contratado se compromete a corrigir os problemas de forma imediata, sem ônus para a contratante, dentro de prazo estipulado pela Administração Municipal, e a refazer os estudos ou documentos sempre que necessário.

5.5 O contratado deverá garantir que todas as condições necessárias para a execução dos serviços estejam disponíveis, incluindo recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados, com a devida alocação de profissionais qualificados e experientes.

5.6 Durante todo o período de execução do contrato, o contratado deverá manter contato contínuo e direto com a contratante, por meio de reuniões, e-mails ou outros meios de comunicação, a fim de informar o andamento dos serviços, esclarecer dúvidas e prestar os devidos esclarecimentos.

5.7 Garantir que todos os documentos, relatórios e estudos produzidos estejam plenamente em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis, regulamentos ambientais e exigências dos órgãos licenciadores competentes. O contratado será integralmente responsável por eventuais falhas relacionadas à não conformidade legal, ambiental ou normativa.

5.8 O contratado será responsável pela qualidade de todos os serviços prestados, devendo assegurar que todos os estudos, relatórios e documentos apresentados estejam de acordo com os parâmetros técnicos e legais exigidos, sendo passíveis de revisão e aprovação pela contratante.

5.9 O contratado deverá atuar de forma proativa para que os estudos e documentos solicitados pelos órgãos competentes estejam completos e atendam integralmente às exigências legais, ambientais e técnicas.

5.10 O contratado deverá garantir que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços estejam adequadamente treinados e cumpram as normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente em atividades de campo, em conformidade com a legislação vigente.

5.11 O contratado será responsável por quaisquer danos causados à Administração Municipal ou a terceiros durante a execução do contrato, seja por omissões, falhas nos serviços prestados ou por não cumprimento das normas técnicas e legais estabelecidas.

5.12 O contratado compromete-se a entregar todos os produtos, documentos e serviços de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência, respeitando todas as condições estipuladas, com o compromisso de garantir a plena execução do objeto contratado até sua conclusão integral.

5.13 O contratado se compromete a emitir todas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) necessárias, quando aplicável, por meio dos profissionais devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/RO) ou outros conselhos pertinentes, garantindo a legalidade de todos os serviços prestados.



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Promover, por meio de seu responsável técnico, o acompanhamento e a fiscalização contínuos dos serviços prestados pela contratada, garantindo o cumprimento das condições contratuais e da execução conforme o estipulado.

6.2 Efetuar a liquidação e os pagamentos dos serviços prestados, de acordo com as condições e prazos estabelecidos no contrato a ser celebrado.

6.3 Fornecer os mapas básicos da cidade e fotos aéreas, em formato digital ou outro adequado para o desenvolvimento das atividades.

6.4 Indicar os servidores e oficializar as entidades e representantes da sociedade que acompanharão ou participarão do processo.

6.5 Emitir a Ordem de Serviço, para início do cumprimento do contrato.

6.6 Exercer fiscalização ampla, irrestrita e contínua sobre a execução do serviço, assegurando que o objeto do contrato seja cumprido conforme as especificações, prazos e condições acordadas.

6.7 Colocar-se à disposição da contratada para esclarecimentos de eventuais dúvidas relativas ao cumprimento do objeto do presente Termo de Referência, garantindo a transparência e eficiência na execução dos serviços.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

A execução dos serviços deverá atender as diretrizes e normas previstas nos termos dos Arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá observar práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, sendo obrigatória à contratada a adoção das seguintes diretrizes:

7.1 Priorizar o uso de meios eletrônicos para comunicação, tramitação de documentos, envio de projetos, relatórios e medições, reduzindo o consumo de papel;

7.2 Sempre que possível, entregar projetos e relatórios em meio digital, assinados eletronicamente;

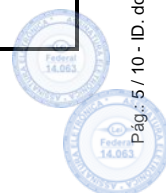
7.3 Utilizar racionalmente recursos como energia elétrica, água, combustíveis e insumos, especialmente nas atividades presenciais;

7.4 Promover o planejamento de deslocamentos de forma a reduzir emissões de carbono e custos operacionais;

7.5 Dar destinação ambientalmente adequada a resíduos eventualmente gerados durante levantamentos de campo, ensaios, vistorias e atividades técnicas;

7.6 Adotar práticas administrativas e operacionais alinhadas à eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental.

Dessa forma, as diretrizes configuram obrigações contratuais e não critérios de habilitação, não podendo restringir a competitividade do certame.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A empresa a ser contratada deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos técnicos e legais:

- a) Possuir registro ativo junto ao CREA/CAU ou Conselho equivalente;
- b) Disponibilizar equipe técnica própria habilitada, com experiência comprovada;
- c) Possuir equipamentos compatíveis para execução de sondagem SPT e ensaios laboratoriais;
- d) Comprovar experiência técnica em execução de sondagens geotécnicas e ensaios laboratoriais em obras públicas ou privadas;
- e) Garantir emissão de ART/RRT ou registros equivalentes para todos os serviços prestados.

9. REQUISITOS DA HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação da empresa a ser contratada por Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 72 e art. 75 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser exigidos, no mínimo, os seguintes documentos:

9.1 Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- b) Documento de identificação dos sócios ou representantes legais;

9.2 Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária

- c) Prova de inscrição no CNPJ;
- d) Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- e) Certidão de regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.3 Qualificação Técnica

- a) Registro no CREA, CAU ou Conselho profissional equivalente;
- b) Vínculo com profissionais habilitados responsáveis pelos serviços;
- c) Apresentação de ART, RRT ou documento equivalente relativo ao objeto;
- d) Atestados de capacidade técnica em serviços similares de sondagem geotécnica, ensaios laboratoriais de solo e elaboração de relatórios técnicos;
- e) Capacidade operacional para execução integral do objeto, com equipe e equipamentos adequados;

10. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor estimado para contratação é de R\$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais).

Classificação	Elemento de Despesa	Ficha
04.12100142049	3.3.90.39.00	198

11. SANÇÕES / PENALIDADES

11.1 À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as penalidades prescritas pela Lei nº 14.133/21 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie;



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



11.2 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a rescisão contratual;

11.3 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

12. MULTAS

12.1 Pelo atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, poderá ser aplicada multa moratória diária de até 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor total contratado.

12.2 Pela inexecução parcial do objeto, poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, proporcional à gravidade da infração.

12.3 Pela inexecução total do contrato, poderá ser aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

12.5. Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;

12.6. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

13. PRAZO DE ENTREGA:

O prazo final para a entrega do serviço **será até o dia 23 de fevereiro de 2026**, conforme a demanda especificada pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO. A prestação dos serviços deverá ser iniciada a partir do envio oficial (ofício) e será obrigatório que o projeto seja entregue dentro do prazo estipulado, atendendo integralmente às necessidades e exigências estabelecidas pela gestão municipal.

14. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 A fiscalização da execução dos serviços será realizada por Engenheiro, Arquiteto ou servidor técnico designado do quadro da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, devidamente nomeado como Fiscal de Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A fiscalização referida no subitem anterior não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução dos serviços.

14.3. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.4. É direito da fiscalização recusar quaisquer serviços quando entender que os mesmos ou que os materiais empregados não sejam os especificados, ou, ainda, quando entender que a execução está irregular.



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



14.5. Cabe ao contratante, ao seu critério, exercer, ampla, restrita e permanente fiscalização durante toda a execução do presente contrato e do comportamento do pessoal da contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.6. A contratada garantirá o livre acesso dos servidores do município, das secretarias estaduais, dos ministérios sendo Concedentes dos recursos, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

14.7. A aceitação dos serviços, estudos, laudos e relatórios entregues será realizada pela CONTRATANTE, por meio de Engenheiro Civil, Arquiteto, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão ou Fiscal de Contrato.

15. DO PAGAMENTO:

O pagamento pelos serviços prestados estará condicionado ao cumprimento integral do projeto contratado e à regularidade das pendências verificadas por esta Administração ou pelo órgão competente. Após a comprovação da efetiva execução dos serviços, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de certidões negativas de regularidade fiscal municipal, estadual, federal, trabalhista e do FGTS, bem como do relatório detalhado dos serviços prestados.

A CONTRATANTE efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos serviços e da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e certificada pela equipe responsável pelo recebimento, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

Os valores pactuados que não forem pagos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal serão corrigidos com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV, vigente na data do efetivo pagamento.

Não será efetuado pagamento antecipado, sendo todo o desembolso condicionado à execução efetiva e à comprovação dos serviços contratados.

16. DO REAJUSTE:

16.1 Considerando que a presente contratação possui prazo de execução inferior a 12 (doze) meses, não haverá reajuste de preços, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Eventual prorrogação excepcional do prazo contratual, se autorizada pela Administração, não ensejará reajuste automático, devendo ser analisada conforme a legislação vigente e mediante justificativa técnica devidamente fundamentada.

17. DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO:

O inadimplemento por parte da firma vencedora do certame de quaisquer das cláusulas e disposições deste Termo de Referência, implicará no cancelamento do Contrato, bem como o descumprimento dos prazos estipulados para entregas dos projetos sem justificativa plausível.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS:



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Avenida Afonso Pena nº 3370 – Centro, Alto Alegre dos Parecis-RO
Contato: (69) 3643-1104/1255 E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



18.1. Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão desta Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO.

18.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia D'Oeste/RO, para dirimirem as dúvidas referente a presente contratação que não sejam resolvidas internamente.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 30 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Fabiana Coelho Benicio da Rosa
Diretora do Departamento Geral de Engenharia
Matrícula nº 1710

Aprovada por:

Fabiane Grisoste da Cruz
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Matrícula nº 2683



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG

Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **FABIANE GRISOSTE DA CRUZ**, CPF: 994.62*. **2-*7 em **30/01/2026 09:21:35**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0944.0K21.835R.7129.7850**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **FABIANA COELHO BENICIO DA ROSA**, CPF: 676.37*. **2-*8 em **30/01/2026 09:20:22**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0994.7U20.122Z.247A.6882**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FD5.8AB** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **FABIANA COELHO BENICIO DA ROSA**, CPF: 676.37*. **2-*8 , em **30/01/2026 - 09:20:22**

Código de Autenticidade deste Documento: 0921.5U20.622K.V46X.5750

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

1. Informações Básicas:

Estudo Técnico Preliminar – Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Unidade: SEMPOG

2. Contatos:

E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com

Telefone: (69) 98437-5664

Responsável (is): Fabiane Grisoste da Cruz

3. OBJETO:

O presente Documento de Solicitação de Demanda tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de sondagem geotécnica do tipo SPT e execução de ensaios laboratoriais em amostras de solo, conforme normas técnicas vigentes da ABNT e DNIT, visando subsidiar a elaboração de estudos técnicos de engenharia para obras e projetos de infraestrutura do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, especialmente para instrução e aprovação do projeto de construção de unidades habitacionais de interesse social (casas populares).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Sondagem SPT – conforme ABNT NBR 6484:2020	Furos	02
2	Ensaio de Laboratório: <ul style="list-style-type: none">• Granulometria por peneiramento – NBR 7181:2016• Umidade Higroscópica – NBR 6457:2016• Limite de Liqueidez (LL) – NBR 6459:2016• Limite de Plasticidade (LP) – NBR 7180:2016• Compactação – NBR 7182:2016• ISC/CBR – DNIT 172/2016-ME	Pontos	15
Total previsto para a contratação→			R\$ 22.600,00

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

4.1 Da Necessidade da Contratação:

A presente contratação decorre da necessidade de obtenção de informações técnicas sobre as condições do subsolo do terreno destinado à implantação do empreendimento habitacional de interesse social no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, por meio da execução de sondagem geotécnica do tipo SPT e ensaios laboratoriais em amostras de solo, conforme normas técnicas da ABNT e do DNIT.

Trata-se de medida indispensável para subsidiar a elaboração dos projetos de engenharia, especialmente no que se refere ao dimensionamento de fundações, análise de estabilidade do terreno e verificação da capacidade de suporte do solo, sendo condição essencial para a aprovação técnica do projeto junto aos órgãos financiadores, fiscalizadores e de controle.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa assegurar que o projeto de construção das unidades habitacionais populares seja tecnicamente viável, seguro e compatível com as condições reais do terreno, evitando riscos estruturais, patologias construtivas, desperdício de recursos públicos e eventuais danos à população beneficiária.

A ausência dos estudos geotécnicos inviabiliza a aprovação do empreendimento, compromete a segurança das edificações e expõe a Administração Pública a riscos administrativos, financeiros e jurídicos, além de impedir o acesso a recursos de programas habitacionais estaduais e federais.

A necessidade da contratação justifica-se pela inexistência, no quadro técnico atual do Município, de equipamentos, estrutura operacional e profissionais especializados para execução direta de sondagens geotécnicas e ensaios laboratoriais, atividades que demandam conhecimento técnico específico, equipamentos próprios e profissionais legalmente habilitados.

Assim, a contratação atende aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo medida necessária para garantir a viabilidade técnica do empreendimento habitacional e a correta aplicação dos recursos públicos.

4.2 Objetivos dos Estudos e Ensaio Geotécnicos

A execução dos serviços geotécnicos atenderá às seguintes finalidades:

- Caracterização física e mecânica do solo do terreno destinado às casas populares;
- Identificação das camadas de solo e nível do lençol freático;
- Determinação dos parâmetros de resistência e compressibilidade do solo;
- Subsidiar o dimensionamento das fundações das edificações;
- Garantir a segurança estrutural das unidades habitacionais;
- Atender às exigências técnicas de projetos financiados por programas públicos;
- Emissão de relatórios técnicos geotécnicos com ART.

As respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, referentes aos estudos e serviços executados, deverão ser devidamente emitidas pelos profissionais responsáveis, sendo as despesas decorrentes de sua emissão de responsabilidade da empresa a ser contratada.

4.3 Atividades a Serem Desempenhadas

As atividades a serem executadas incluem:

- a) Execução de sondagens geotécnicas do tipo SPT em campo;
- b) Coleta, acondicionamento e transporte das amostras de solo;
- c) Execução de ensaios laboratoriais (Granulometria por peneiramento – NBR 7181:2016
 - Umidade Higroscópica – NBR 6457:2016, Limite de Liquidez (LL) – NBR 6459:2016, Limite de Plasticidade (LP) – NBR 7180:2016, Compactação – NBR 7182:2016 e ISC/CBR – DNIT 172/2016-ME);

5. DA JUSTIFICATIVA:

A contratação é necessária para atender à demanda de obtenção de informações técnicas do subsolo, por meio da execução de sondagem geotécnica do tipo SPT e ensaios laboratoriais em amostras de solo, tendo em vista que a Administração Municipal não dispõe de recursos materiais, equipamentos e equipe técnica especializada suficientes para realizar internamente





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



tais serviços. Em razão da natureza técnica e da complexidade das atividades, que demandam profissionais habilitados e equipamentos específicos, a execução deverá ocorrer de forma indireta.

O objetivo principal é assegurar a prestação de serviços técnicos especializados voltados à caracterização geotécnica do terreno, por meio da realização de sondagens e ensaios de laboratório, fornecendo subsídios técnicos indispensáveis para a elaboração de projetos de engenharia, dimensionamento de fundações e demais intervenções em obras de infraestrutura do Município, especialmente no que se refere à implantação do empreendimento habitacional previsto pelo Município.

Considerando as limitações do quadro técnico atual do Município, verifica-se que a capacidade instalada é insuficiente para atender às exigências técnicas e normativas relativas à execução de sondagens e ensaios de solo, o que pode comprometer a qualidade dos projetos e a segurança das obras. A complexidade dos serviços geotécnicos requeridos, bem como a necessidade de atendimento às normas técnicas da ABNT e do DNIT, justifica a contratação de empresa especializada, garantindo maior precisão técnica, confiabilidade dos resultados e redução de riscos estruturais.

A contratação de empresa especializada possibilita maior eficiência na execução dos serviços, otimização de custos, agilidade na obtenção dos resultados e maior segurança técnica quanto à confiabilidade dos dados gerados, os quais servirão de base para decisões de engenharia e planejamento de obras públicas, sendo imprescindíveis para a aprovação do projeto de construção das 20 (vinte) unidades habitacionais populares.

A necessidade de equipe técnica especializada também se justifica pela obrigatoriedade legal de profissionais habilitados para a execução de serviços de sondagem e ensaios geotécnicos, conforme regulamentações dos conselhos de classe, sendo imprescindível a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, assegurando a legalidade, a rastreabilidade e a qualidade técnica dos serviços prestados.

A contratação visa garantir o adequado desenvolvimento dos serviços e a qualidade dos relatórios técnicos, em conformidade com as normas da ABNT NBR 6484:2020 e demais normas aplicáveis aos ensaios de solos, assegurando que os dados obtidos reflitam com fidelidade as condições reais do terreno.

A comunicação entre a Prefeitura Municipal e a empresa contratada será formalizada prioritariamente por meio de ofícios ou e-mails. Após o recebimento das demandas, a empresa deverá confirmar o recebimento e informar o cronograma de execução dos serviços, com prazos previamente acordados, os quais deverão ser rigorosamente cumpridos.

Em razão da complexidade dos serviços e da necessidade de qualificação técnica especializada, a contratação de empresa especializada mostra-se a medida mais eficaz para garantir a obtenção de dados geotécnicos confiáveis, assegurando a segurança estrutural, a viabilidade técnica, a economicidade e a regularidade dos projetos e obras públicas do Município, em especial aqueles vinculados ao programa de habitação popular destinado ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

I Designação da Equipe de Planejamento:

FABIANE GRISOSTE DA CRUZ – (Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão);





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



DENISE KOELHER – (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão);
FABIANA COELHO BENICIO DA ROSA – (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão);

II Diretrizes do Estudo Técnico Preliminar:

Os princípios: Nortearão o objeto de contratação deste ETP são os da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, responsabilidade e transparência.

Normas e Legislações Aplicáveis: A contratação serão basiadas nas normas e legislações que fundamentam a Lei 14.133/2021, demais normas pertinentes.

6. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação pretendida encontra-se devidamente prevista no planejamento da Administração Municipal e está alinhada às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG, no que se refere à contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de sondagem geotécnica do tipo SPT e execução de ensaios laboratoriais em amostras de solo, conforme normas técnicas vigentes da ABNT e do DNIT, visando subsidiar a elaboração de estudos técnicos de engenharia para obras e projetos de infraestrutura do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, especialmente para a implantação de unidades habitacionais de interesse social.

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 84.744.994/0001-40, com sede administrativa na Avenida Afonso Pena, nº 3370, CEP nº 76.952-000, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, apresenta o presente Estudo Técnico Preliminar como instrumento formal de planejamento, com a finalidade de subsidiar a futura contratação de empresa especializada, conforme objeto descrito neste ETP e no respectivo Termo de Referência.

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório adequado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, com critério de julgamento a ser definido no edital, conforme a natureza do objeto e as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência.

A execução dos serviços ocorrerá de forma indireta, abrangendo a realização de sondagens geotécnicas em campo, coleta e análise de amostras de solo, execução de ensaios laboratoriais, fornecendo subsídios técnicos indispensáveis à elaboração e aprovação dos projetos de engenharia.

Dessa forma, a presente previsão de contratação encontra-se devidamente fundamentada no planejamento administrativo da SEMPOG, configurando-se como medida necessária, pertinente e indispensável para assegurar a viabilidade técnica, a segurança estrutural e a regularidade dos empreendimentos públicos, em especial do projeto de construção das unidades habitacionais populares, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais, de modo a garantir a adequada execução dos serviços e o atendimento ao interesse público:





7.1 Requisitos Técnicos

- a) Execução de sondagem geotécnica do tipo SPT em conformidade com a ABNT NBR 6484:2020;
- b) Execução dos ensaios laboratoriais de solos conforme as seguintes normas:
 - Granulometria por peneiramento – ABNT NBR 7181:2016;
 - Umidade higroscópica – ABNT NBR 6457:2016;
 - Limite de Liquidez (LL) – ABNT NBR 6459:2016;
 - Limite de Plasticidade (LP) – ABNT NBR 7180:2016;
 - Ensaio de Compactação – ABNT NBR 7182:2016;
 - Índice de Suporte Califórnia (ISC/CBR) – DNIT 172/2016-ME.
- c) Elaboração de relatórios técnicos completos, contendo perfis estratigráficos, tabelas de resultados, análises interpretativas e recomendações de engenharia;
- d) Disponibilização dos relatórios em meio físico e digital.

7.2 Requisitos Operacionais

- a) Disponibilização de equipe técnica própria e devidamente habilitada;
- b) Utilização de equipamentos compatíveis com os serviços a serem executados;
- c) Cumprimento do prazo máximo estabelecido para execução;
- d) Responsabilidade integral da contratada por logística, deslocamento, materiais, equipamentos e insumos;
- e) Atendimento às orientações técnicas da fiscalização designada pela SEMPOG.

7.3 Requisitos Legais e Administrativos

- a) Observância integral à Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Atendimento às normas dos conselhos profissionais competentes (CREA/CAU ou equivalente);
- c) Responsabilidade civil, técnica e administrativa pelos serviços prestados.

8. REQUISITOS DA HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação da empresa a ser contratada por Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 72 e art. 75 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser exigidos, no mínimo, os seguintes documentos:





8.1 Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- b) Documento de identificação dos sócios ou representantes legais;

8.2 Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária

- c) Prova de inscrição no CNPJ;
- d) Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- e) Certidão de regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.3 Qualificação Técnica

- g) Registro da empresa no **CREA, CAU ou Conselho Equivalente a Formação**;
- h) Comprovação de vínculo com profissional habilitado (engenheiro ambiental, sanitarista, civil ou similar);
- i) Apresentação de **ART, RRT** ou Registro Equivalente, referente ao objeto;
- j) Atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto da contratação;

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

9.1 Foram realizados levantamentos de mercado mediante solicitação de cotações a empresas especializadas, identificação de preços praticados e análise das condições técnicas ofertadas. As propostas recebidas demonstraram que o mercado disponibiliza soluções integradas, com atuação comprovada. No levantamento realizado, foram analisadas as seguintes alternativas:

- execução com equipe própria – descartada pela insuficiência de profissionais e incapacidade operacional para atender às demandas permanentes, dentro dos prazos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador.
- contratação parcelada por tipos de serviços – rejeitada devido à forte interdependência das atividades, risco de incompatibilidades técnicas, aumento de custos administrativos e perda de padronização;
- contratação de empresa única especializada – considerada a mais eficiente e vantajosa, por garantir equipe multidisciplinar integrada, responsabilidade técnica unificada, padronização metodológica e maior economicidade.
- Tecnicamente, a contratação integrada assegura coerência entre os projetos, agilidade na elaboração de documentos.
- Economicamente, apresenta o menor custo global, reduz retrabalhos, simplifica a gestão contratual e garante maior eficiência administrativa.

A solução mais adequada e vantajosa à Administração Pública é a contratação de empresa única especializada, por reunir eficiência técnica, economicidade e capacidade de atendimento às demandas municipais.





10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

A solução adotada consiste na contratação de empresa única especializada, responsável pela execução integral dos serviços de sondagem geotécnica do tipo SPT e ensaios laboratoriais em amostras de solo, contemplando todas as etapas necessárias à obtenção de dados técnicos confiáveis para subsidiar os projetos de engenharia do Município.

A solução contempla ainda a entrega dos relatórios em meio físico e digital, contendo perfis estratigráficos, tabelas de resultados e análises técnicas, permitindo sua utilização direta na elaboração dos projetos e na instrução dos processos de aprovação junto aos órgãos competentes.

Não se aplica manutenção ou assistência técnica continuada, uma vez que se trata de contratação pontual, de natureza não continuada, cujo objeto se encerra com a entrega dos relatórios técnicos finais e aceitação formal pela Administração.

A contratação de empresa única assegura padronização metodológica, responsabilidade técnica unificada, maior confiabilidade dos resultados e simplificação da gestão contratual, mostrando-se a solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa para o atendimento da necessidade pública identificada.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

A estimativa se deu conforme a solicitação oriunda no DFD sendo previsto a estimativa de um projeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de sondagem geotécnica do tipo SPT, conforme ABNT NBR 6484:2020, e à realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, compreendendo granulometria por peneiramento (NBR 7181:2016), umidade higroscópica (NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (NBR 7180:2016), ensaio de compactação (NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME), destinados a subsidiar a elaboração de estudos técnicos de engenharia para obras e projetos de infraestrutura do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

O levantamento de preços para estimativa do valor da contratação foi realizado em conformidade com o disposto nos arts. 12, 23, 34 e 72 da Lei nº 14.133/2021, que exigem a pesquisa de mercado como etapa obrigatória do planejamento da contratação, assegurando preços compatíveis com aqueles praticados pelo setor privado e pela Administração Pública.





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG realizou consulta formal a diversas empresas do ramo, solicitando propostas conforme o Ofício e a descrição detalhada do objeto.

As empresas consultadas encaminharam valores totais conforme registrado no Mapa Prévio de Preço elaborado pela Administração Municipal, documento que consolida as propostas apresentadas e permite comparação clara e objetiva entre os fornecedores.

O valor para a contratação dos serviços previstos tem como base a média das cotações, no valor estimado de R\$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais) objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de sondagem geotécnica do tipo SPT, conforme ABNT NBR 6484:2020, e à realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, compreendendo granulometria por peneiramento (NBR 7181:2016), umidade higroscópica (NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (NBR 7180:2016), ensaio de compactação (NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME).

O orçamento previsto para a Contratação está disponível na Unidade 02.008 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, na Gestão de Apoio Administrativo – SEMPOG, Elemento 3.3.9039.00 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica na Ficha 198.

13. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

O objeto da contratação não será parcelado. A decisão fundamenta-se na análise de viabilidade técnica e econômica, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, que determina que o parcelamento só deve ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Os serviços objeto da presente contratação não possuem natureza continuada, caracterizando-se como contratação pontual, específica, destinada exclusivamente à execução de sondagem geotécnica do tipo SPT, conforme ABNT NBR 6484:2020, e à realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, compreendendo granulometria por peneiramento (NBR 7181:2016), umidade higroscópica (NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (NBR 7180:2016), ensaio de compactação (NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME), a serem executados no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

15. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

Previsão da contratação encontra-se prevista no plano anual de contratações conforme disponibilizado no portal da transparência municipal:
<https://transparencia.altoalegre.ro.gov.br/>

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG) é o órgão responsável pela coordenação, supervisão e gestão das atividades municipais de planejamento, assegurando que todas as ações do município sejam conduzidas com rigor técnico, conformidade legal e eficiência administrativa. Suas atribuições incluem a elaboração de estudos ambientais e relatórios técnicos, o desenvolvimento de projetos de engenharia, a fiscalização de obras e a tramitação de processos junto aos órgãos licenciadores, garantindo a regularidade, a qualidade técnica e a legalidade de todas as ações desenvolvidas pela administração municipal.

Considerando a complexidade técnica inerente à execução de serviços de sondagem geotécnica do tipo SPT e de ensaios laboratoriais em amostras de solo, a contratação de empresa especializada revela-se imprescindível para assegurar a adequada obtenção de dados técnicos confiáveis, em conformidade com as normas da ABNT e do DNIT. Essa medida assegura a execução eficiente dos serviços dentro das normas legais, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, permitindo que as atividades de natureza acessória e complementar sejam realizadas de forma indireta, sob supervisão da SEMPOG.

Otimização de recursos humanos: a empresa contratada contará com equipe multidisciplinar qualificada, composta por profissionais capacitados para elaborar Sondagem SPT e Ensaios de Laboratórios. Essa abordagem evita retrabalhos e reduz falhas técnicas.

Racionalização dos recursos financeiros: a terceirização dos serviços técnicos especializados possibilita melhor gestão dos recursos financeiros, evitando gastos com contratação de pessoal temporário ou aquisição de equipamentos específicos para a execução dos estudos. Além disso, a empresa contratada será responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo deslocamento, análises laboratoriais, emissão de ARTs e materiais necessários, garantindo transparência, previsibilidade e redução de custos indiretos para a Administração Municipal.

Cumprimento de prazos e qualidade técnica: a atuação da empresa especializada assegura que os estudos e documentos sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos, respeitando as exigências legais e técnicas. A execução eficiente evita atrasos, prevenindo possíveis sanções administrativas e garantindo a continuidade das ações em benefício da população.

Maximização do retorno sobre o investimento público: ao contratar uma empresa com experiência comprovada assegura maior precisão técnica, redução de falhas e agilidade na tramitação do processo, aumentando a efetividade dos recursos públicos investidos e garantindo resultados mensuráveis.

Espera-se que a contratação de empresa especializada resulte em maior eficiência operacional, racionalização de custos, cumprimento rigoroso de prazos e qualidade técnica dos estudos ambientais, promovendo economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Será previsto no edital e no contrato o servidor capacitado, de acordo com sua área técnica, que





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: esporte@altoalegre.ro.gov.br



será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, que poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objetos.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Diante do exposto, resta plenamente justificada a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução de sondagem geotécnica do tipo SPT, conforme ABNT NBR 6484:2020, bem como para a realização de ensaios laboratoriais em amostras de solo, compreendendo granulometria por peneiramento (ABNT NBR 7181:2016), umidade higroscópica (ABNT NBR 6457:2016), limite de liquidez – LL (ABNT NBR 6459:2016), limite de plasticidade – LP (ABNT NBR 7180:2016), ensaio de compactação (ABNT NBR 7182:2016) e Índice de Suporte Califórnia – ISC/CBR (DNIT 172/2016-ME), a serem executados no Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, sendo a solução mais ágil e mais adequada sob os aspectos técnico, legal, econômico e ambiental diante ao limite de prazo existente.

Alto Alegre dos Parecis-RO, 28 de Janeiro de 2026.

Elaborado por: Denise Koelher
Diretora Geral de Planejamento
Portaria nº 675/2025

Aprovado por:

Fabiane Grisoste da Crus
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Matrícula nº 2683





Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
Av. Afonso Pena, 3370 – Bairro Centro - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Telefone/Fax (069) 3643-1101/1104/1255 - E-mail: conveniosaltoalegre@gmail.com



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **FABIANE GRISOSTE DA CRUZ**, CPF: 994.62*. **2-*7 em **30/01/2026 08:54:13**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **08Z1.0754.2137.683V.0017**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FD2.2EA** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP**.

Elaborado por **DENISE KOELHER**, CPF: 041.48*. **2-*8 , em **30/01/2026 - 07:14:07**

Código de Autenticidade deste Documento: 07Z5.2A14.307Z.K61A.6574

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS RO

(Processo Administrativo nº)

MINUTA DO CONTRATO Nº _____/PGM/2025,
CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE
ALTO ALEGRE DOS PARECIS E A EMPRESA
_____.

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ do ano de _____, o MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob nº. _____, com sede à Av. Afonso Pena, nº 3370, na cidade de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Sr. _____, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG. _____ SSP/_____, CPF _____, residente e domiciliado na Av. _____, n. _____, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo Secretário(a) MUNICIPAL, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida à Rua/Av. _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador de cédula de identidade RG _____, inscrito no CPF/MF _____, residente e domiciliado à Rua/AV. _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada

CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução do Processo Administrativo nº ____/20 __, cuja celebração foi _____ pelo _____, na forma prevista da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, submetendo-se a CONTRATANTE e CONTRATADA às cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de contratação direta/inexigibilidade .

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.4. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)



7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.4. São obrigações do Contratante:

8.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.7. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.8. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.11. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.12. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



8.14.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.17. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.20. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.21. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.22. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.36. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.37. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.38. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.39. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



- 9.40. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.41. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.42. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.43. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.44. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.45. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.45.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.46. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.47. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 9.48. Haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 9.49. A contratação conta com garantia de execução, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
- 9.50. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:
- 9.51. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- 9.52. Acompanhar a execução do contrato principal.
- 9.53. Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- 9.54. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.
- 9.55. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.
- 9.56. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.
- 9.57. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:
- 9.58. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.



- 9.59. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.
- 9.60. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
- 9.61. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 9.62. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 9.63. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.64 deste contrato.
- 9.64. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 9.65. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 9.65.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 9.65.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 9.65.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 9.66. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.
- 9.67. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 9.68. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 9.69. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 9.70. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.71. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 9.72. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 9.72.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



9.72.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que

9.72.3. justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.73. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.74. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.75. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.76. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

9.77. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 11.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3. Indenizações e multas.
- 11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 12.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista na Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, da Lei n.º 14.133, de 2021,

16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da XXXX em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme a Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO**, CPF: 815.92*. **2-*8 em **03/02/2026 09:14:50**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0924.8Z14.850W.H116.4850**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FE3.F37** - Tipo de Documento: **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

Elaborado por **LUDMYLA FERNANDES DE ARAÚJO**, CPF: 042.31*. **2-*8, em **03/02/2026 09:05:10**, contendo 762 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 09R4.8H05.7104.K538.5680

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>

